

Ghelere Transportes Ltda.

Relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações contábeis nº 236SS-023-PB

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Ayrton Senna da Silva, 300 - 3º andar, sala 311 Gleba Palhano, Londrina (PR) Brasil

T +55 43 3306-1047

Aos Quotistas e Administradores da
Ghelere Transportes Ltda.
Cascavel – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ghelere Transportes Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ghelere Transportes Ltda. (“Empresa”) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, de acordo com o CPC PME (R1) – Pequenas e Médias Empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, o qual emitiu opinião em 18 de maio de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, além disso, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e nas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 07 de julho de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC PR-011.937/F-1



Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR-049.038/O-9

Ghelere Transportes Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO			
	Nota	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.881	909
Contas a receber	9	32.760	26.313
Estoques	10	543	668
Adiantamentos	13	1.087	154
Impostos a recuperar	11	4.690	5.113
Despesas antecipadas	12	770	-
Total do ativo circulante		41.731	33.157
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	14	1.163	328
Contas a receber	9	48	140
Impostos a recuperar	11	4.429	-
Imobilizado	15	144.331	98.259
Total do ativo não circulante		149.971	98.727
Total do ativo		191.702	131.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ghelere Transportes Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Passivo circulante			
Fornecedores	16	17.209	8.411
Empréstimos e financiamentos	17	21.746	17.477
Obrigações sociais e trabalhistas	18	4.504	3.368
Obrigações tributárias	19	2.527	2.099
Adiantamentos de clientes	20	636	2.025
Outras contas a pagar	21	1.059	1.304
Total do passivo circulante		47.681	34.684
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	26.236	8.244
Obrigações tributárias	19	4.386	4.724
Outras contas a pagar	21	227	257
Provisão para contingências	22	1.297	485
Total do passivo não circulante		32.146	13.710
Patrimônio líquido			
Capital social	23	15.000	15.000
Reserva de lucros		77.145	54.415
Reservas de incentivos fiscais		19.730	10.945
Ajustes de avaliação patrimonial		-	3.130
Total do patrimônio líquido		111.875	83.490
Total do passivo e patrimônio líquido		191.702	131.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ghelere Transportes Ltda.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	24	205.946	132.947
Custos dos serviços prestados	25	(139.339)	(85.104)
Lucro bruto		<u>66.607</u>	<u>47.843</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	26	(14.460)	(11.892)
Outros resultados operacionais	27	(4.881)	(3.053)
		<u>(19.341)</u>	<u>(14.945)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>47.266</u>	<u>32.898</u>
Receitas financeiras	28	1.771	937
Despesas financeiras	28	(10.725)	(3.747)
Resultado financeiro líquido		<u>(8.954)</u>	<u>(2.810)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>38.312</u>	<u>30.088</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.261)	(3.240)
Lucro do exercício		<u>33.051</u>	<u>26.848</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ghelere Transportes Ltda.
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado do exercício	33.051	26.848
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>33.051</u>	<u>26.848</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ghelere Transportes Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.353	3.130	14.226	34.547	-	58.256
Aumento de capital social	23	8.647	-	(8.647)	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	26.847	26.847
Destinação do lucro:						
Distribuição de lucros	23	-	-	-	(1.614)	(1.614)
Constituição reserva de incentivos fiscais	23	-	5.366	-	(5.366)	-
Constituição de reserva de lucros	23	-	-	19.867	(19.867)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.000	3.130	10.945	54.414	-	83.489
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	(3.130)	-	3.130	-
Lucro do exercício	23	-	-	-	33.051	33.051
Destinação do lucro:						
Distribuição de lucros	23	-	-	-	(4.665)	(4.665)
Constituição reserva de incentivos fiscais	23	-	8.785	-	(8.785)	-
Constituição de reserva de lucros	23	-	-	22.731	(22.731)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.000	-	19.730	77.145	-	111.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ghelere Transportes Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	33.051	26.847
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício		
Depreciação	9.376	5.838
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	379	-
Ajuste a valor presente de clientes	1.101	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	(131)	-
Ajuste a valor presente de impostos a recuperar	1.850	-
Baixa de ativo imobilizado	4.769	6.133
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	5.786	2.929
Atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	212	-
Provisão para contingências	812	331
	57.205	42.078
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber clientes e outros créditos	(7.835)	(7.048)
Estoques	125	(526)
Impostos a recuperar	(5.856)	(1.896)
Despesas antecipadas	(770)	62
Adiantamentos	(933)	1.363
Depósitos judiciais	(835)	(269)
Fornecedores	8.929	1.316
Obrigações tributárias	90	419
Obrigações sociais e trabalhistas	1.136	754
Adiantamentos de clientes	(1.389)	1.816
Outras contas a pagar	(277)	369
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	49.591	38.439
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(60.217)	(31.542)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimentos	(60.217)	(31.542)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	43.631	17.034
Amortização de principal e juros	(27.368)	(23.953)
Distribuição de lucros	(4.665)	(1.614)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	11.598	(8.533)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	972	(1.636)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	909	2.545
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	1.881	909
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	972	(1.636)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Ghelere Transportes Ltda. ("Empresa") é uma sociedade empresária limitada domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Empresa está sediado na Av. Doutor Ezuel Portes, 15131 – Bairro Universitário, Cascavel - Paraná, CEP 85.819-003.

Com 44 anos de atuação no mercado, a Ghelere Transportes é original de Medianeira – PR e com a matriz atualmente em Cascavel – PR, atua nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com unidades em Maringá – PR, Ponta Grossa – PR, Curitiba – PR, Marília – SP, Criciúma – SC, São José dos Campos – SP, Uberlândia – MG, Campo Grande – MS, Rio de Janeiro – RJ.

1.1 Continuidade operacional

Atualmente a Empresa conta com mais de 274 veículos e com quase 500 colaboradores, mas com estratégia de crescimento superior a 25% nos últimos cinco anos. Para 2022, a Empresa apresentou crescimento superior a 56%, evidenciando a sua capacidade de crescimento.

Esse crescimento foi realizado com eficiência operacional, eficiência do uso do ativo e com baixa alavancagem financeira. Em todo esse período, a margem de EBITDA foi superior a 25% nos últimos dois exercícios.

A base de crescimento da Empresa é alicerçada atualmente no crescimento da frota de veículos, o que requer endividamento para aquisição de novos veículos, mas também crescimento no uso de terceiros e agregados. Há um planejamento de aquisição de aproximadamente 50 veículos em 2023 com fechamento de aquisição 44 veículos até o momento, sendo 38 em junho. Esse movimento está alinhado às expectativas e demandas de atendimento de nossos clientes no período do verão com grande crescimento do quantitativo de fretes.

A Empresa nos últimos anos também adotou como estratégia endividamentos de prazos menores em razão do movimento de alta de taxa de juros, isso tem acarretado uma indicação de um passivo circulante superior ao ativo circulante, mas em sua política financeira, recentemente aprovada pelos acionistas, já definiu limites para o endividamento de curto em relação ao de longo prazo, limites de endividamento total e da dívida líquida. Na mesma política há um aprimoramento da governança da Empresa com uma orientação e limites de alçada de decisão para novos investimentos.

Conforme nota explicativa nº 31 de eventos subsequentes, o cenário atual é de uma Empresa com uma capacidade robusta de geração de caixa, elevada eficiência operacional, lucros recorrentes dos últimos exercícios e margem de crescimento de alavancagem financeira. No primeiro trimestre de 2023 o capital circulante líquido foi positivo acima de R\$ 5 milhões com redução significativa do passivo circulante, conforme evidenciado na nota explicativa nº 31 – Eventos subsequentes.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, de acordo com o CPC PME (R1) – Pequenas e Médias Empresas.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 07 de julho de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 09** – Mensuração de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber;
- **Nota Explicativa nº 11** – Avaliação ao valor justo dos impostos a recuperar;
- **Nota Explicativa nº 15** – Mensuração da vida útil dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota Explicativa nº 29** – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 22** – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 03 com reporte diretamente ao Diretor Administrativo/Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 29** – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos são designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis

a) Receita operacional

i) Prestação de serviços

A Empresa está envolvida no transporte rodoviário de cargas, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional.

Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada período.

A Empresa reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço. O estágio de conclusão é avaliado por referência às avaliações de percentual de trabalhos realizados.

ii) Vendas de bens

A receita operacional é reconhecida quando: **(i)** os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; **(ii)** for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa; **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e **(v)** o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

iii) Subvenção e assistência governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que estas serão recebidas e que a Empresa irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

No caso das subvenções oriundas de benefícios fiscais de ICMS, estas não são consideradas como receita, uma vez que o efeito no resultado está ligado a apuração de ICMS e não ao fato de serem consideradas subvenção para investimento.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber); e
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

c) Moeda estrangeira

iv) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

v) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

d) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, compensado 100% do prejuízo acumulado.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Empresa para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

A Administração realizou a avaliação do valor residual ao término do prazo esperado para a utilização dos ativos, os quais não são incluídos na base de depreciação.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Veículos pesados	Entre 10% e 12,50%
Veículos Leves	15%
Equipamentos de informática	15%
Edificações	4%
Maquinas e Equipamentos	10%
Moveis e utensílios	10%

h) Ativos intangíveis

i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada é a seguinte:

- **Software:** 05 anos.

i) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Empresa classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

j) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Empresa reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

ii) Passivos financeiros não derivativos – Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

k) Capital Social

As quotas de capital integralizadas são classificadas como patrimônio líquido.

l) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- **Inadimplência ou atrasos do devedor;**
- **Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;**
- **Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e**
- **Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.**

ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

7. Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Sociedade. A Administração avaliará no ano de 2023 os possíveis impactos das novas normas contábeis, caso aplicável à Empresa.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	2	5
Bancos conta movimento	280	430
Bancos aplicações financeiras	1.599	474
Total	1.881	909

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se aos investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), fundos de renda fixa e operações compromissadas, remuneradas com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (99% do CDI em média).

Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações contábeis, existiam aplicações financeiras oferecidas a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários no valor de R\$ 347 vinculadas a Transpocred.

9. Contas a receber

	2022	2021
Cientes nacionais	34.288	26.453
(-) Ajuste ao valor presente	(379)	-
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(1.101)	-
Total	32.808	26.453
Circulante	32.760	26.313
Não circulante	48	140

Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam duplicatas a receber oferecidos a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários.

Aging list de contas a receber:

	2022	2021
A vencer	24.973	17.954
Vencidos até 30 dias	4.210	4.366
Vencidos de 31 a 60 dias	2.410	2.652
Vencidos de 61 a 90 dias	736	997
Vencidos de 91 a 120 dias	858	484
Vencidos acima de 120 dias	1.101	1.532
Total	34.288	26.453

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Empresa não receber valores decorrentes de operações vendas. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de clientes, estabelecimento de limites de créditos e acompanhamento permanente do saldo devedor de cada cliente.

Abaixo, é demonstrado a movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	2022	2021
Saldo inicial 1º de janeiro	-	-
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.101)	-
Reversão de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-
Total	(1.101)	-

Abaixo, é demonstrado a movimentação do ajuste a valor presente do contas a receber:

Ajuste a valor presente	2022	2021
Saldo inicial 1º de janeiro	-	-
Constituição de ajuste a valor presente	(379)	-
Realização do ajuste a valor presente	-	-
Total	(379)	-

10. Estoques

	2022	2021
Mercadorias para revenda	389	500
Combustíveis	129	150
Lubrificantes	25	18
Total	543	668

Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam estoques dados em garantias de operações de empréstimos e financiamentos.

11. Impostos a recuperar

	2022	2021
IRPJ a recuperar	33	33
CSLL a recuperar	18	18
ICMS-CIAP a recuperar (i)	10.367	5.045
INSS a recuperar	18	17
ICMS a recuperar	528	-
Outros impostos	5	-
(-) Ajuste a valor presente ICMS-CIAP	(1.850)	-
Total	9.119	5.113
Circulante	4.690	5.113
Não circulante	4.429	-

- (i) Valor correspondente a créditos de ICMS oriundos da aquisição de ativos imobilizados. A Administração realiza a compensação dos créditos na fração de 1/48 avos. Também, a administração promoveu a análise do ajuste a valor presente dos impostos e reconheceu provisão de R\$ 1.850 em 31 de dezembro de 2022.

12. Despesas antecipadas

	2022	2021
Juros e IOF	150	-
Prêmios de seguros e depreciação	620	-
Total	770	-

13. Adiantamentos

	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	1.033	123
Adiantamento de férias	54	31
Total	1.087	154

Dentre os contratos de compras realizados pela Empresa, alguns contemplam a antecipação financeira de parte do valor a ser adquirido com os fornecedores, principalmente em importações para a aquisição de placas solares.

14. Depósitos judiciais

	2022	2021
Processos trabalhistas	102	69
Processos tributários	1.058	259
Processos cíveis	3	-
Total	1.163	328

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências de natureza trabalhista, tributária e cível, conforme é possível observar na Nota Explicativa nº 22 – Provisão para Contingências.

15. Imobilizado

a) Composição do saldo

	Taxa de depreciação	2022			2021
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	5.729	-	5.729	5.729
Veículos pesados – caminhões	10% a 13% a.a.	117.856	(18.145)	99.711	62.684
Veículos pesados – reboques	10% a 13% a.a.	41.261	(8.585)	32.676	23.777
Veículos leves	15% a.a.	1.394	(209)	1.185	1.609
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	481	(112)	369	346
Móveis e utensílios	10% a.a.	650	(91)	559	349
Equipamentos de Informática	20% a.a.	548	(156)	392	207
Equipamentos de rastreamento	10% a.a.	2.247	(356)	1.891	1.479
Outros imobilizados	10% a.a.	93	(9)	84	90
Consórcios	-	1.735	-	1.735	1.989
Total		171.994	(27.663)	144.331	98.259

	Taxa de depreciação	2021			2020
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	5.729	-	5.729	2.629
Veículos pesados – caminhões	10% a 13% a.a.	76.874	(14.190)	62.684	51.588
Veículos pesados – reboques	10% a 13% a.a.	30.055	(6.278)	23.777	21.590
Veículos leves	15% a.a.	1.818	(209)	1.609	734
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	428	(82)	346	529
Móveis e utensílios	10% a.a.	408	(59)	349	178
Equipamentos de Informática	20% a.a.	336	(129)	207	217
Equipamentos de rastreamento	10% a.a.	1.711	(232)	1.479	911
Outros imobilizados	10% a.a.	93	(3)	90	-
Consórcios	-	1.989	-	1.989	312
Total		119.441	(21.182)	98.259	78.688

b) Movimentação do custo e depreciação

	Saldo 2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transf	Saldo 2022
Terrenos	5.729	-	-	-	-	5.729
Veículos pesados – caminhões	62.684	47.349	(3.598)	(6.724)	-	99.711
Veículos pesados – reboques	23.777	11.205	-	(2.306)	-	32.676
Veículos leves	1.609	621	(917)	(128)	-	1.185
Máquinas e equipamentos	346	53	-	(30)	-	369
Móveis e utensílios	349	241	-	(31)	-	559
Equipamentos de Informática	207	212	-	(27)	-	392
Equipamentos de rastreamento	1.479	536	-	(124)	-	1.891
Outros imobilizados	90	-	-	(6)	-	84
Consórcios	1.989	-	(254)	-	-	1.735
Total	98.259	60.217	(4.769)	(9.376)	-	144.331

c) Movimentação do custo e depreciação correspondente ao exercício anterior

	Saldo 2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transf	Saldo 2021
Terrenos	2.629	3.100	-	-	-	5.729
Veículos pesados – caminhões	51.588	16.641	(1.757)	(3.946)	158	62.684
Veículos pesados – reboques	21.590	4.408	(569)	(1.532)	(120)	23.777
Veículos leves	734	1.164	(195)	(94)	-	1.609
Máquinas e equipamentos	529	-	(63)	(120)	-	346
Móveis e utensílios	178	193	-	(22)	-	349
Equipamentos de Informática	217	60	-	(32)	(38)	207
Equipamentos de rastreamento	911	660	-	(92)	-	1.479
Outros imobilizados	-	90	-	-	-	90
Consórcios	312	5.226	(3.549)	-	-	1.989
Total	78.688	31.542	(6.133)	(5.838)	-	98.259

Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações contábeis, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas aos financiamentos no montante de R\$ 44.065 (R\$ 21.829 em 31 de dezembro de 2021), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 18.

Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

16. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores	17.340	8.411
(-) Ajuste a valor presente	(131)	-
Total	17.209	8.411

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Abaixo é demonstrado o aging list de vencimento de contas a pagar de fornecedores:

	2022	2021
A vencer	11.658	5.196
Vencido até 30 dias	5.444	770
Vencido acima de 30 dias	238	2.445
Total	17.340	8.411

Abaixo, é demonstrado a movimentação do ajuste a valor presente do contas a receber:

Ajuste a valor presente	2022	2021
Saldo inicial 1º de janeiro	-	-
Constituição de ajuste a valor presente	(131)	-
Realização do ajuste a valor presente	-	-
Total	(131)	-

17. Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados abaixo:

	Taxa de juros	Garantias	2022	2021
Em moeda nacional				
Capital de giro	CDI + 1,81% a.a. Selic + 3% a.a.	Imóveis e Aval	1.112	1.768
Conta Garantida	3,85% a.m.	Aval dos sócios	-	300
Financiamentos	6,95% a 21,28% a.a.	Veículos	44.065	21.829
Consórcios contemplados	11,00% a 13,00%	Veículos	2.805	1.824
Total			47.982	25.721
Circulante			21.746	17.477
Não circulante			26.236	8.244

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no ano foi a seguinte:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	25.721	29.711
Captações	43.631	17.034
Amortização de principal e juros	(27.368)	(23.953)
Provisão de juros e encargos financeiros	5.786	2.929
Atualização monetária	212	-
Saldo no fim do exercício	47.982	25.721

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	2022	2021
Salários e ordenados a pagar	1.230	864
Pró-labore a pagar	-	8
INSS e FGTS a recolher	871	679
Provisão para férias e encargos	2.278	1.577
Outras obrigações sociais e trabalhistas	125	240
Total	4.504	3.368

19. Obrigações fiscais e tributárias

	2022	2021
Pis a recolher	73	23
Cofins a recolher	338	106
ICMS a recolher	626	422
CSLL a recolher	261	279
IRPJ a recolher	680	774
ISSQN a recolher	16	13
IRRF a recolher	180	131
Contribuições retidas na fonte	15	13
Parcelamentos (i)	4.724	5.062
Total	6.913	6.823
Circulante	2.527	2.099
Não circulante	4.386	4.724

- (i) Os saldos são compostos por PERT que é uma modalidade de parcelamento de dívidas tributárias e previdências para diminuir encargos e multas incidentes sobre os débitos. A Empresa tem classificado como “PERT Previdenciário” o montante de R\$ 655 e demais saldos como “PERT Demais Débitos” que engloba também encargos previdenciários.

20. Adiantamentos de clientes

	2022	2021
Adiantamento de clientes	586	1.975
AVT Consultoria empresarial	50	50
Total	636	2.025

21. Outras contas a pagar

	2022	2021
Cartas fretes a pagar	959	1.148
Indenizações	244	259
Aluguel	44	25
Cheques a compensar	1	51
Outras contas a pagar	38	78
Total	1.286	1.561

22. Provisão para contingências

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhistas, no curso normal de seus negócios. A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes, quanto às ações trabalhistas e tributárias, com base em experiências anteriores referente às quantias reivindicadas, optou por não constituir provisões no exercício de 2022. Com base em parecer dos assessores jurídicos da Empresa, os processos de natureza tributária, cível e trabalhistas estão assim compostos:

	2022	2021
Provisão para processos trabalhistas	154	154
Provisão para processos tributários	1.143	331
Total	1.297	485

23. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, integralmente realizado, é representado por 15.000 de ações conforme segue abaixo:

Acionistas	Quotas	Capital social
EAGH Administração de Bens e Participações Societárias	3.450	3.450
JDGH Administração de bens e Participações Societárias	2.550	2.550
VAGHE Participações Societárias Eireli	9.000	9.000
Total	15.000	15.000

b) Reservas de lucros

Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6404/76 e corresponde a transferência dos lucros acumulados para a Reserva de Retenção de Lucros deduzindo as distribuições de lucros, juros sobre capital próprio e outras Reservas, se existir.

Reserva de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída em conformidade com o artigo 195 da Lei nº 6404/76, decorrente de benefícios fiscais concedidos pelos Estados onde atua, caracterizados como Subvenção para Investimento, fundamentado na Lei Complementar nº 160/2017.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Composto pela avaliação patrimonial efetuada para aplicação do custo atribuído.

d) Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio

A Administração da Empresa realizou distribuição de lucros em 2022 no montante de R\$ 4.664.

24. Receita operacional líquida

	2022	2021
Prestação de serviço de transporte	210.207	134.759
Prestação de serviço de transporte internacional	24.928	16.495
Vendas de mercadoria	539	30
Receita subvenção para investimento	8.785	5.696
Receita operacional bruta	244.459	156.980
(-) Cofins	(14.844)	(9.327)
(-) Icms	(15.285)	(10.301)
(-) Issqn	(286)	(136)
(-) Pis	(3.222)	(2.025)
(-) Inss Receita Bruta	(3.101)	(1.948)
Abatimentos e devoluções		
(-) Anulações de serviços de transportes	(1.775)	(297)
Total	(38.513)	(24.034)
Receita operacional líquida	205.946	132.947

A subvenção para investimento que compõe a reserva de incentivos fiscais, trata-se de benefício fiscal de ICMS de isenção e redução de alíquota. O efeito no resultado de tais benefícios está ligado à apuração do ICMS e não depende do fato de serem considerados subvenção para investimento, ou seja, reconhecer o benefício fiscal de isenção e redução da base de cálculo do ICMS como subvenção para investimento não altera o resultado da Empresa.

25. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	2022	2021
Mão-de-obra direta	(24.801)	(18.371)
Mão-de-obra indireta	(41.000)	(28.136)
Materiais aplicados na prestação de serviços	(66.101)	(43.434)
Demais custos do transporte	(13.692)	(9.414)
Custos com transporte internacional	(11.917)	(178)
Custos com venda de mercadoria	(828)	(8)
Demais custos	(1.146)	(390)
Impostos recuperáveis	20.146	14.827
Total	(139.339)	(85.104)

26. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal	(5.514)	(3.664)
Aluguéis e arrendamentos	(547)	(530)
Viagens	(241)	(99)
Propaganda e publicidade	(67)	(67)
Energia, água e telefone	(34)	(27)
Demais despesas	(3.594)	(2.976)
Despesas indedutíveis	(491)	(160)
Impostos, taxas e contribuições	(1.729)	(1.086)
Pedágio	(2.243)	(3.283)
Total	(14.460)	(11.892)

27. Outros resultados operacionais

	2022	2021
Amortização de deságio	150	-
Reembolso de estadias	194	286
Reembolso de seguros	430	272
Reembolso de sinistros	(22)	(72)
Pis recuperado	218	173
Cofins recuperado	844	795
Reembolso de pedágios	1.316	744
Outras receitas operacionais	685	57
Receita com venda de veículos	5.705	3.075
Custo com venda de imobilizado	(4.515)	(2.688)
Perdas com ativos	(1.101)	-
Reservas subvenções para investimento	(8.785)	(5.696)
Total	(4.881)	(3.053)

As reservas de subvenções para investimento são registradas conforme a Lei complementar 160/2017, e os benefícios fiscais são destinados para expansão das operações da Empresa. A administração efetua a constituição da reserva de incentivos fiscais, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 23 – Patrimônio Líquido.

28. Resultado financeiro

	2022	2021
Descontos financeiros obtidos	64	24
Juros ativos	261	66
Rendimentos de aplicações financeira	88	6
Ajuste a valor presente de fornecedores	131	-
Variação monetária ativa	198	393
Variação cambial ativa	1.029	448
Total de receitas financeiras	1.771	937
Ajuste a valor presente de clientes	(379)	-
Ajuste a valor presente de ICMS-CIAP	(1.850)	-
Tarifas bancárias	(549)	(181)
Descontos concedidos	(181)	(40)
Juros bancários	(457)	(261)
Outras despesas financeiras	(6)	(31)
Juros empréstimos e financiamentos	(5.103)	(2.694)
Juros parcelamentos	(117)	(109)
Variação monetária passiva	-	(148)
Variação cambial passiva	(2.084)	(281)
Total de despesas financeiras	(10.725)	(3.745)
Total	(8.954)	(2.811)

29. Instrumentos financeiros

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, preço commodities e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial da Empresa em 31 dezembro de 2022 e 2021 estão identificados a seguir:

	2022		2021	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.881	1.881	909	909
Contas a receber	32.808	32.808	26.453	26.453
Despesas antecipadas	770	770	-	-
Adiantamentos	1.087	1.087	154	154
Total	36.546	36.546	27.516	27.516
Passivos Financeiros				
Fornecedores	17.471	17.471	8.411	8.411
Empréstimos e financiamentos	47.982	47.982	25.721	25.721
Total	65.453	65.453	34.132	34.132
Total	101.999	101.999	61.648	61.648

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo e suas taxas de remuneração são substancialmente baseadas na variação do CDI (certificado de depósito interbancário);

Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar

Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Empresa possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são de responsabilidade da Tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente por executivos financeiros da Empresa, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Identificadas as exposições da Empresa, o responsável pela Tesouraria da Empresa precifica e zera seus riscos, buscando proteção com operações no mercado.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco cambial;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. Esses riscos são administrados por normas específicas da Empresa, de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada. O saldo a receber de clientes é devidamente verificado e efetuado o registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), quando necessário.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Empresa não está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa.

b) Análise de sensibilidade

Foram realizadas simulações à sensibilidade das posições existentes em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas para demonstrar apenas o impacto em possíveis cenários negativos às posições tomadas pela Empresa.

Como cenários prováveis foram adotados as posições e valores já reconhecidos contabilmente. Para os cenários “possíveis” e “remotos”, utilizamos uma variação de 5% e 15%, respectivamente.

i) Variações nas taxas de juros

Grupo	Indexador	Risco	Saldo	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	1.599	207	186
Capital de giro	CDI	Aumento do CDI	(1.112)	(159)	(175)
Total	-	-	487	48	11

30. Cobertura de seguros (não auditado)

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

31. Eventos subsequentes

(i) Aspectos econômico-financeiros

Em 31 de março de 2023, a Ghelere Transportes apresenta as seguintes informações financeiras:

Descrição	31/12/2022	31/03/2023 (Não auditado)
Ativo circulante	41.731	39.168
Passivo circulante	(47.681)	(34.209)
Capital Circulante Líquido	(5.950)	4.959

A Empresa efetuou captações de empréstimos de curto prazo junto ao Banco Itaú, no montante de R\$ 5.555, no período de janeiro a março de 2023, destinado para o capital de giro da Empresa, com vencimentos em 2023.

* * *